

Resumo

O surgimento das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) em 2006 deu-se no contexto da definição de uma nova linha de política educacional, que procurava aprofundar o desenvolvimento intelectual, comportamental e cívico das crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico, assim como responder às necessidades de conciliação, por parte das famílias, entre o horário de trabalho e o horário semanal das crianças na escola.

Tendo em conta a novidade, em 2008, da introdução do inglês para todos os anos do 1º Ciclo imposta pelo Despacho 14460/2008 de 26 de Maio, a emergência da discussão da Escola a Tempo Inteiro e do modelo de oferta pública de Actividades de Enriquecimento Curricular, a necessidade da sua adequação ao interesse das famílias e crianças, e a necessidade de aplicação desta política pública numa óptica de respeito e de participação dos diferentes actores sociais nela envolvidos; importou-nos realizar um estudo que envolvesse diferentes concelhos do país. Desta forma levou-se a cabo uma investigação que se estendeu aos dois maiores Distritos do país (Distrito de Lisboa e Distrito do Porto).

Ao longo dos últimos anos, e independentemente da implementação das AEC nas escolas primárias portuguesas, verificou-se a reivindicação por parte das famílias (Confederações de Associações de Pais) para que a Escola Pública encontrasse um modelo, gratuito e acessível a todas as famílias, que permitisse a guarda de crianças nos períodos diários e anuais não lectivos, com tempos, supervisão e actividades que garantam a qualidade exigida. Este modelo tem-se designado por Escola a Tempo Inteiro e aparece como uma necessidade crescente numa sociedade onde pais, mães e até avós se encontram no mercado de trabalho até idades cada vez mais tardias. Desta forma, foi nossa preocupação incluir também esta dimensão da realidade no presente estudo.

Abstract

The implementation of Curricular Enrichment Activities (AEC) in 2006 occurred within the context of a new line of educational policy, which sought to further develop the intellectual, behavioural and civic skills of children in primary school. Moreover, the introduction of these new activities in primary education programs was also looking to meet the needs of conciliation between families' working schedules and children's schooling schedules.

In 2008, the introduction of English classes for all years of the 1st cycle (primary school) imposed by Order 14460/2008 of 26 May has been a novelty. On the other hand, the emergence of the discussion around a full time school model, the need for its suitability to families' and children's interests, and the need to involve different social actors in the application of this public policy perspective, led this study to address different municipalities in the country. In this sense, the investigation was extended to the two largest districts of the country (District of Lisbon and the District of Oporto).

Over the past few years, despite the implementation of AEC in Portuguese primary schools, there has been a demand by households (Confederation of Parents' Associations) for a free and accessible Public School model that would provide custody of children during daily and annual off-schedule periods, with time, supervision and activities ensuring the required quality. This model is referred to as "full time school" and appears as a growing need in a society where parents and even grandparents are in the labour force until an increasingly late age. Thus, our concern was to include this dimension of reality in the present study.

Introdução

Num mundo em que tendencialmente os conceitos de progresso e de modernidade estão cada vez mais dependentes do enriquecimento do capital humano, o grau de participação dos cidadãos na construção de uma sociedade mais sólida e equilibrada tornou-se numa peça fundamental para a obtenção do desenvolvimento social e humano.

Desta forma, a educação deve constituir-se como o principal agente na criação de condições para que os indivíduos possam desenvolver as suas capacidades de forma harmoniosa, e desenvolver competências que lhes permitam vir a afirmar-se como cidadãos plenos, ou seja, conscientes e activos.

Tendo em conta esta necessidade de formar cidadãos mais completos e mais capazes, as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) inserem-se numa nova linha de política educacional procurando aprofundar o desenvolvimento intelectual, comportamental e cívico das crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico que as frequentam. Não obstante, a introdução destas novas actividades dos programas de educação do 1º Ciclo procuram também a conciliação das necessidades das famílias com o horário semanal das crianças na escola, aspecto fundamental para atenuar as carências de prestação de cuidados familiares às crianças, em termos materiais e afectivos, devido a constrangimentos associados aos usos do tempo.

Três anos volvidos sobre a implementação das AEC, importa perceber qual o impacto social que esta está a ter nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico em Portugal. Com efeito, só com uma monitorização e uma avaliação adequadas se podem introduzir eventuais medidas correctivas de maneira a potenciar os benefícios de uma política que pretende trazer mais equidade e inclusão ao espaço social e escolar.

Discussão e Conclusão

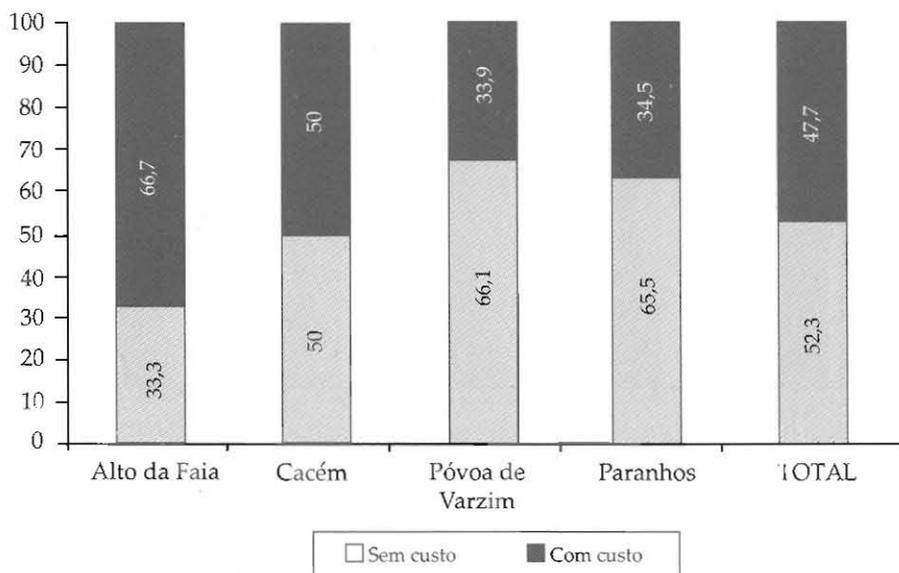
Os resultados obtidos no presente estudo são analisados à luz da nova política educacional que visa aprofundar o desenvolvimento intelectual, comportamental e cívico das crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico e, simultaneamente, dar resposta às necessidades de conciliação trabalho/família através de um modelo de escola pública gratuito e acessível a todas as famílias, conforme definido pelo Despacho n.º 14460/2008, de 26 de Maio.

Para o primeiro propósito, importa considerar qual a oferta de AEC nas escolas estudadas, tendo-se constatado situações variadas. Nas duas escolas situadas nas zonas centrais das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto observou-se uma maior diversificação de actividades, enquanto na escola do Cacém apenas estão a ser desenvolvidas as actividades estabelecidas como obrigatórias por lei, nomeadamente o apoio ao estudo e o ensino do inglês.

Esta desigualdade, no que se refere à escola do Cacém, encontra explicação na ausência de espaços nos quais possam decorrer as actividades, condicionando ao mesmo tempo os horários de funcionamento das AEC, que ultrapassam o limite até às 18h00 estabelecido por lei, uma vez que nesta escola as actividades têm início às 18h30 e terminam às 19h15, o que prejudica as famílias e as crianças que estudam no turno da manhã (visto que existem dois turnos na escola) que têm que voltar à escola ao fim da tarde se quiserem frequentar as AEC.

Quanto às opiniões das famílias sobre as actividades (existentes ou desejáveis), embora o inglês e a actividade física e desportiva sejam aquelas que apresentam uma maior adesão, o interesse das famílias vai para além das

Gráfico 27 - Distribuição percentual dos respondentes em função da despesa resultante da forma como a criança ocupa o tempo livre durante as férias, por escola



Quadro 8 - Quadro resumo da dimensão D4.
Possibilidades para uma Escola a Tempo Inteiro

A maioria de famílias inquiridas considera os horários das AEC adequados. As alternativas mais assinaladas pelas restantes famílias são o prolongamento do horário até às 18h30 e a possibilidade de manter as AEC durante as férias.

No que diz respeito à forma como a criança ocupa o tempo, antes e depois das actividades lectivas e das AEC, a maioria fica em casa com familiares. Esta prática é quase unânime na escola de Paranhos. No entanto, algumas famílias referiram outra forma de ocupação. Na maioria destes casos, a ocupação dos intervalos de tempo referidos constitui-se como uma despesa para mais de um terço dos respondentes.

A forma como as crianças ocupam o tempo durante as férias é muito similar à ocupação escolhida para a época lectiva. Porém, mais famílias recorrem à ATL fora da escola ao longo das férias. Este poderá ser o motivo que explica o facto de mais famílias terem despesas com a ocupação dos tempos livres da criança durante as férias.

actividades reconhecidas pela lei, uma vez que se mostram favoráveis ao desenvolvimento de hortas pedagógicas nas escolas e de outras actividades de diferente natureza à das já contempladas.

Relativamente aos horários das AEC, quando são consideradas as opiniões das respectivas partes intervenientes (escola, Autarquia, AP e encarregados de educação) em conjunto, evidencia-se a existência de pontos de vista diferentes. Assim, na perspectiva das autarquias da área metropolitana de Lisboa os horários em que decorrem as AEC são adequados, opinião que não é partilhada pela AP do Cacém. No caso da Póvoa de Varzim, a Câmara refere que os horários existentes não respondem completamente às necessidades das famílias, mas a AP avaliou os horários como adequados, o que foi corroborado pelos encarregados de educação inquiridos. Na escola de Paranhos, a AP reivindicou o prolongamento dos horários para ir ao encontro das necessidades de muitas famílias, mas esta reivindicação apenas foi secundada por algumas famílias inquiridas, que alegaram ser importante a introdução de um prolongamento até às 18h30. Apesar de, objectivamente, os horários de funcionamento das AEC nas escolas serem díspares, a divergência de opinião verificada entre as respectivas partes intervenientes parece indiciar uma falta de comunicação entre as mesmas.

No que diz respeito à selecção dos professores e monitores das AEC, constata-se heterogeneidade no procedimento de selecção dos mesmos, sendo a selecção efectuada pela escola, pela Autarquia ou por empresas privadas. Outros aspectos relacionados com estes profissionais, tais como as suas habilitações e a supervisão do seu trabalho pelos professores titulares não constituem qualquer inconveniente, apesar de se ter constatado um declínio nas suas habilitações.

Quanto às informações facultadas às famílias sobre o funcionamento das AEC, estas são fornecidas no início do ano, mas raras vezes existe uma actualização das mesmas ao longo do período lectivo. Segundo os resultados do inquérito às famílias, 40,7% declarou não ter recebido qualquer informação no decurso do ano lectivo. Este papel informativo é desempenhado fundamentalmente pelas escolas, particularmente pela escola da Póvoa de Varzim, que também apresentou o maior número de famílias informadas, mas é pouco frequente por parte das AP.

Revelando uma limitação para a política educacional que se pretende, as famílias raramente são convocadas para participar em reuniões de discussão e decisão sobre as AEC, com a excepção da escola da Póvoa de Varzim. Contudo, a quase totalidade de famílias inquiridas mostrou interesse, quer mode-

rado quer elevado, em participar em eventuais reuniões com representantes de todas as partes intervenientes.

Das entrevistas aos representantes das escolas, AP e autarquias conclui-se que as autarquias se assumem como principais promotoras das AEC nos respectivos Concelhos, não tendo as AP nenhum papel na gestão destas actividades. Na promoção, o tamanho do universo escolar poderá constituir uma barreira nos Concelhos de maior dimensão, como acontece na CML, que aponta este factor como a principal dificuldade para a promoção das AEC e para a possibilidade de existir um relacionamento directo com as AP e famílias, em contraposição com a proximidade existente entre autarquia e AP nos concelhos de menor dimensão. Quanto à articulação entre escolas/agrupamentos e autarquias, salvo uma excepção, as escolas reconheceram a existência de um relacionamento adequado.

No que concerne ao nível de adesão às AEC, este foi muito elevado independentemente da classe social de proveniência das crianças ou de qualquer outro factor de diferenciação entre as mesmas (escolas e autarquias apontam para números na ordem de mais de 95% de alunos inscritos). De acordo com autarquias, escolas e associações de pais, o factor que claramente contribuiu para esta massificação da frequência das AEC é a gratuidade das mesmas, porém esta opinião não é inteiramente partilhada pelas famílias.

Com efeito, estas referem que, por um lado, o facto de considerarem estas actividades importantes e úteis para o desenvolvimento das crianças e, por outro, as AEC serem essenciais num processo de conciliação entre trabalho e família, são factores ainda mais importantes do que a gratuidade na decisão de terem aderido às AEC. Na realidade, o factor da gratuidade não aparece como sendo o mais relevante na decisão por parte das famílias de que as crianças frequentem as AEC.

Em termos globais, todos os participantes no estudo concordaram que a política de introdução das AEC veio trazer benefícios relativamente à situação que se vivia anteriormente nas escolas do ensino básico do 1.º ciclo.

Contudo, ao contrário daquilo que seria expectável, não existiu no estudo um consenso alargado entre as partes, relativamente à responsabilidade que a escola deva ter na criação, a nível gratuito, de períodos de ocupação dos tempos das crianças para além dos períodos lectivos e de AEC (ou seja, nos períodos inicial e final do dia e durante as férias).

Embora sobressaia uma ideia transversal de que Estado e Autarquias devam ser responsáveis pelas famílias que não possam fazer despesas extra para garantir a participação das suas crianças em CAF ou ATL nos períodos não cobertos pelas AEC, ainda que minoritárias, existem opiniões, quer das escolas quer das AP, no sentido de que, por um lado, a gratuitidade total de um sistema de Escola a Tempo Inteiro poderia trazer efeitos perversos, possibilitando uma desresponsabilização do papel das famílias no cuidado das crianças, e por outro, forçar uma sobrecarga de curriculum e de tempo excessivo passado pelas crianças na escola (esta sobrecarga é particularmente relevante se levarmos em linha de conta algumas críticas das escolas e das AP que dão conta de que as AEC apresentam características insuficientemente lúdicas). De resto, importa lembrar que cerca de 78% das famílias inquiridas avalia os horários das AEC como adequados, não havendo por isso uma contestação considerável aos mesmos enquanto obstáculo à conciliação dos horários trabalho/família. De assinalar, no entanto, e como já foi referido, que na Escola do Cacém, por falta de um espaço físico onde possam decorrer as AEC, as crianças que frequentam as aulas no turno da manhã, têm que voltar à escola por volta das 18h30m para participarem nas AEC. Este modelo de gestão do tempo revela-se altamente penoso para as famílias e para as crianças em causa.

De facto, e ainda de acordo com uma parte significativa dos intervenientes inquiridos, para que as AEC possam funcionar em pleno, é fundamental um melhoramento e um alargamento dos espaços físicos onde as mesmas decorrem (nomeadamente para possibilitar um melhor exercício da actividade física e desportiva), assim como uma estabilização do corpo docente que é ainda extremamente flutuante.

Embora a CML, revele o seu total empenho na criação de uma Escola a Tempo Inteiro, as demais autarquias revelam que para que tal seja possível é necessário um envolvimento maior do Ministério da Educação.

Evidente é que não existe nas representações dos vários agentes inquiridos um consenso sobre o formato e o conteúdo daquilo que deva representar uma Escola a Tempo Inteiro. No enquadramento teórico do nosso trabalho definimos a Escola a Tempo Inteiro como "a possibilidade de, dentro do espaço da Escola, serem garantidos, de forma gratuita, universal e prestada por profissionais com qualificação, pelo Governo Central (Ministério da Educação) ou Autarquia, os tempos e as actividades de guarda e cuidados de crianças nos períodos não lectivos e que não sejam abrangidos pelas AEC". As sensibilidades dos nossos inquiridos mostram contudo que, de realidade para realidade e de percepção para percepção existem pontos de vista distintos

relativamente a uma realidade que parecia, em teoria, reunir o consenso de todos. Este facto, alerta-nos para a necessidade de que seja reequacionado o próprio conceito de Escola a Tempo Inteiro mas sobretudo revela-nos que este terá que ser um conceito maleável, adaptável e de modo algum absoluto, tanto mais se tivermos em conta a enorme diversidade de contextos, possibilidades, meios e dificuldades apresentados pelas diferentes escolas para a realização das AEC. Esta realidade vem ao encontro daquela que Instance (2008) descreve, concluindo que os sistemas educativos, particularmente aqueles que incidem em populações escolares até aos 12 anos, devem ter a preocupação de se constituírem como um ciclo com oportunidades educacionais o mais flexíveis possível. Ou seja, os modelos educativos deverão esforçar-se por desenvolver uma diversidade e uma “elasticidade” científica e pedagógica, como forma de poderem desenvolver a individualidade dos alunos mas sem nunca deixarem de promover uma igualdade de oportunidades no acesso aos programas curriculares e extra curriculares do ensino. Só assim se poderá atingir o objectivo chave da escola OCDE (2004) de compensação das diferenças de background cultural, social e económico entre as crianças. Com efeito, a educação, e em particular a do 1.º ciclo, será sempre um elemento-chave no desenvolvimento de uma nova cidadania activa e inclusiva (Johansson & Hvinden, 2007; Roberts, 2008), condição fundamental para a construção de uma sociedade mais equilibrada e harmoniosa.

No que concerne em particular às AEC, os diversos actores (famílias, escola, autarquias e associações de pais) deverão continuar a articular os seus diferentes papéis de intervenção na sua implementação, no seu funcionamento, na sua monitorização e na sua avaliação (Rocha, 2001; Hupe & Hill, 2006). Apenas desta articulação poderá nascer uma melhor adequação destas actividades às necessidades da sociedade, das escolas, das famílias e muito particularmente das crianças.

Recomendações

Tendo em conta os resultados do estudo, pensamos ser possível proceder-se a algumas recomendações de carácter geral:

- Havendo escolas que apenas conseguem oferecer o pacote mínimo de AEC, obrigatório por lei, e outras que conseguem oferecer aos seus alunos um pacote consideravelmente mais alargado de AEC, deverá haver uma tentativa de harmonização de distribuição de meios às escolas para que haja, por parte das crianças das escolas do 1º ciclo de todo o país, um acesso mais igualitário às AEC na sua diversidade;
- Embora, como já foi referido, deva existir uma equidade nas possibilidades que são dadas às escolas para a oferta do maior número possível de AEC, poderia ser concedido um maior grau de autonomia às instituições de ensino do 1º Ciclo, para que as mesmas possam incluir no seu leque de AEC actividades alternativas ou complementares que sejam percebidas como úteis ou desejáveis pelas escolas e pelas famílias (exemplo: as hortas pedagógicas);
- Para que as AEC possam contar com professores totalmente dedicados, importa uniformizar os critérios e os agentes de contratação dos mesmos, criando regras mais objectivas assim como condições favoráveis para o desempenho destas actividades de docência de forma a minimizar o turn over dos professores das AEC;
- Como atrás se percebeu a Escola a Tempo Inteiro é um conceito maleável e adaptável não podendo de ser encarado como estanque ou definitivo.

Desta forma, deverá ser promovido um debate, que inclua todos os agentes do processo educativo, em que se avalie a diversidade de contextos, meios, percepções, necessidades, dificuldades e expectativas, só assim se podendo actuar na perspectiva de tornar a escola um espaço de inclusão e de aprendizagem/ensino de uma cidadania plena e activa;

- Não sendo consensual que a oferta das AEC resolva em pleno os problemas de conciliação trabalho/família, mantendo-se o recurso a soluções como as CAF ou as ATL, como forma de prolongar a permanência das crianças em contexto escolar, deveriam ser criados instrumentos de diagnóstico de necessidades padronizados, a aplicar em cada escola, de modo a poderem criar-se modelos que respondam às necessidades de conciliação das famílias que são diferentes de escola para escola;
- Por fim, de referir também que deve haver uma reflexão profunda, por parte da sociedade civil, sobre as razões que levam a que as crianças tenham que permanecer nos estabelecimentos de ensino cada vez mais horas por dia. Ou seja, a conciliação trabalho/família parte do pressuposto que as famílias, pelo facto de terem empregos, têm cada vez menos tempo para prestarem cuidados aos seus filhos. Porém, uma verdadeira política que vise estabelecer uma conciliação entre trabalho e família, deverá criar condições para que as pessoas possam trabalhar, sem que isso se traduza numa apologia de que o tempo de trabalho se possa estender indefinidamente, não deixando a possibilidade de que as famílias prestem cuidados de educação mínimos às suas crianças.

